

EDITAL 008/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

PROCESSO Nº 029/2026

SÍNTESE DO CERTAME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MODELOS ANATÔMICOS PARA O LABORATÓRIO DE MORFOFUNCIONAL DO CURSO DE MEDICINA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS.

Regência	<u>Lei nº 14.133/2021</u>
Natureza do objeto	Aquisição
Início da Sessão Eletrônica:	20/05/2026 às 09h30min
Sistema Eletrônico Utilizado:	FIORILLI
Endereço Eletrônico:	https://scpi.assis.sp.gov.br:8079/compraseditala/
Endereço para retirada do Edital:	https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/licitacoes-2026/
Valor Estimado	Total: R\$ 158.345,42
Origem dos Recursos	Próprio
Participação - MEI ME / EPP	Licitação de Ampla Participação.
Modo de disputa	Aberto
Forma de apresentação da proposta	Por item
Critério de julgamento	Menor preço unitário
Dotação orçamentária	Informada no Termo de Referência
Instrumento contratual	Contrato + empenho

INFORMAÇÕES

Pregoeira: Camila Manfio S. De P. Souza e-mail: licitacao2@fema.edu.br
Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 1.200 – Vila Nova Santana - Assis/SP (CEP: 19.807-130)

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DOS RECURSOS.....	13
9. DO CONTRATO	14
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
11. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.....	18
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

EDITAL 008/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

PROCESSO Nº 029/2026

A FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 51.501.559/0001-36, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.200 – Vila Nova Santana, no município de Assis, Estado de São Paulo (19.807-130), por intermédio de seu Diretor Executivo, Senhor Gustavo Gomes Silva, possuidor do CPF nº 429.674.268-06 e do RG nº 41.483.227-9 – SSP/SP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, que será regido pela Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 20 (vinte) de maio de 2026

Horário: 09h30min (horário de Brasília-DF)

Sistema Eletrônico Utilizado: FIORILLI

Endereço Eletrônico: <https://scpi.assis.sp.gov.br:8079/compraseditala/>

Licitação ampla participação Modo de disputa: **Aberto**

Critério de julgamento: Menor preço por item

Endereço do Edital: <https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/licitacoes-2026/>

Origem dos recursos: Próprio

A licitação será dirigida pelo Pregoeiro Oficial da FEMA auxiliada pelas equipes de apoio designadas pela Portaria nº 089/2026, que dispõe sobre a designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é AQUISIÇÃO DE MODELOS ANATÔMICOS PARA O LABORATÓRIO DE MORFOFUNCIONAL DO CURSO DE MEDICINA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS. As especificações do produto constam do Anexo I - Termo de Referência integrante deste Edital.

1.2. Se destina à Aquisição de modelos anatômicos para o laboratório de morfuncional do curso de medicina da Fundação Educacional do Município de Assis.

1.3. Conforme consta do Termo de Referência, o objeto será dividido em itens.

- 1.4. Faculta-se o licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.5. A despesa total desta contratação é de R\$ 158.345,42 (Cento e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), incluído produtos/materiais/equipamentos e serviços.
- 1.6. Na contratação será utilizado recursos da FEMA.
- 1.7. A licitação será por menor preço unitário, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.8. O julgamento será pelo critério de menor preço por item.
- 1.9. O regime de execução será o de empreitada por menor preço unitário.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão empresas do ramo compatível com o objeto do certame, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.7. Além de cooperativa, de pessoa física e de empresa não pertencente ao ramo de atuação, não poderá disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às especificações deste edital e seus anexos;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do(s) órgão(ões) ou entidade(s) contratante(s) ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- h) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP;
- j) Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS E HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação das propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.1. O modelo de declaração conjunta (**Anexo III deste edital**) oferece maior detalhamento das declarações que deverão ser apresentadas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

a) no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.5. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) o percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Preço total em algarismo, por item e por lote, conforme Planilha de Preços sugerida pelo **Anexo II - Modelo de Proposta**, compreendendo o período de duração do contrato, em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos, como por exemplo: transportes, fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

a) a remuneração da contratada será efetuada mediante quantidade de exames realizados;

b) O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá corresponder aos preços finais, considerados benefícios tais como isenções, imunidades ou outros de qualquer natureza;

c) O serviço ofertado deverá atender, sob as penas da lei, a todas as especificações exigidas nos Termos de Referência - Anexo I deste Edital.

4.1.2. Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão deste Pregão Eletrônico.

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações equivalentes à especificação do Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Prazo de execução dos serviços que se acha disposto no Termo de Referência e na minuta de contrato.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela

contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.12. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, conforme tabela abaixo, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço global do item.

REDUÇÃO
1%

5.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **cinco minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.21. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.22. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.23. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do

valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.24. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.25. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.26. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.27. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.28. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.29. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.30. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.31. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.32. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.33. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.34. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.35. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.36. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.37. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelo demais licitantes.

5.38. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.39. O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, **NO PRAZO DE (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.40. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.41. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.42. Para efeito de contratação, a readequação da proposta deverá ser feita de forma proporcional, aplicando-se linearmente o percentual final de desconto nos itens que compõem o lote.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 e seguintes do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a)** contiver vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração:

- a)** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para a adjudicação do objeto e a homologação da licitação.

6.15. Nesta licitação não será admitida proposta parcial para o lote.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser enviados **para o correio eletrônico licitacao2@fema.edu.br**.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no

momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

7.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/2021, art. 64):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação de

licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, sendo concedido o prazo de no mínimo trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão

recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/>

9. DO FORNECIMENTO

9.1. As obrigações decorrentes desta licitação estarão detalhadas no Termo de Referência, cuja minuta integra o presente edital como anexo.

9.2. A presente contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado, sucessivamente, por mais 1 (um) ano, desde que haja argumentos suficientes para a prorrogação.

9.3. A não prorrogação do prazo da vigência contratual por conveniência da Contratante não gerará ao Contratado direito a qualquer espécie de indenização.

9.4. A Ordem de Fornecimento inicial deverá ser assinado pela adjudicatária no prazo de 05 (cinco) dias contados de sua convocação para o ato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

a) O prazo aqui previsto poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e desde que aceita pelo órgão contratante.

9.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do instrumento, a Administração contratante poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

9.6. A FEMA será a responsável pela formalização desta contratação, e será subscrito pelo Chefe de Autoridade Superior ou por servidor possuidor de autoridade para o exercício desse ato.

9.7. Colhidas as assinaturas, a Administração contratante deverá providenciar a imediata publicação do extrato, conforme exigência legal, devendo referida ordem de fornecimento permanecer disponibilizado no site do órgão contratante enquanto viger, além da plataforma governamental Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

9.8. Se, por ocasião da formalização da ordem de fornecimento, a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista estiver com os prazos de validade vencidos, o órgão contratante certificará a regularidade e anexará os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

a) se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade mediante a apresentação da respectiva documentação, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9.9. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal e trabalhista tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura da ordem de serviço, a regularidade fiscal e trabalhista, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.10. O Contratado se obriga em manter, durante toda a execução do ajuste, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso das contratações, algum documento perder a validade.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou o contratado e ainda, a detentora do contrato que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

10.1.5. não celebrar o contrato ou a ata ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.8. praticar ato fraudulento

10.1.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.9.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

10.1.10. deixar de apresentar amostra, ou apresentá-la falsificada ou deteriorada.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.2.1.a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.2.2.as peculiaridades do caso concreto

10.2.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.2.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.2.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, e garantida a prévia defesa, poderá ser aplicada aos licitantes, adjudicatários, contratados e ou detentores de ARP as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. A penalidade de advertência será aplicada à detentora do preço registrado, quando esta der causa à inexecução parcial da(s) contratação(ões), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

10.4.1. Será aplicada, exclusivamente, na inexecução parcial do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

10.5. A penalidade de multa será aplicada ou à Detentora da Ata que der causa à inexecução

parcial da(s) contratação(ões), nas seguintes proporções:

a) moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

b) moratória de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 75 (setenta e cinco) dias;

c) A partir do 76º dia estará caracterizada a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, a Detentora, à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor registrado, autorizando a Administração a promover a extinção do contrato/Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.1. O licitante que não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado, ou após a negociação, incorrerá à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida (valor total do registro).

10.5.2. O adjudicatário que, convocado, recusar-se injustificadamente em assinar o contrato, no prazo marcado, incorrerá em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

10.5.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

10.5.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado ou à detentora da ata de registro, além da perda desse valor, a diferença cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

10.5.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao contratado ou à detentora do preço registrado, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2, 10.1.3, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.10 da alínea “b” do item 10.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

10.7. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9 da alínea “b” do item 10.1 deste Edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

10.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.10. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.11. Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado ou à detentora da ata de registro de preços, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

10.13. A personalidade jurídica da detentora poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato/Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

10.14. O órgão contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

10.15. Os débitos da detentora para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo órgão contratante e decorrentes desta mesma ata ou de outros contratos/atas que o contratado/detentora possua com o mesmo órgão contratante.

10.16. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar

contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis do órgão contratante, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.17. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.18. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.19. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.20. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.21. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.22. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.23. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021 (mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos).

11. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site.

eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao2@fema.edu.br

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração contratante deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogação

justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no

Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta;

Anexo III - Modelo de Declaração conjunta;

Anexo IV - Minuta do Termo de Contrato.

Assis, 5 de maio de 2026

Camila Manfio S. P de Souza
Pregoeira Oficial

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO: AQUISIÇÃO DE MODELOS ANATÔMICOS PARA O LABORATÓRIO DE MORFOFUNCIONAL DO CURSO DE MEDICINA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA

ITEM	PEÇA ANATÔMICA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Esqueleto com origens e inserções dos músculos	<p>Esqueleto com representação dos músculos, em suporte de metal com 5 rolos, lado esquerdo do esqueleto são referenciados mais de 600 importantes estruturas como origens dos músculos (vermelho) e inserções dos músculos (azul), ossos, fissuras e forames numerados à mão no lado direito. No mínimo de 1 ano de garantia, produzido em plástico durável e inquebrável em suporte de metal estável com 5 rolos (pintado a branco), peso similar ao real dos aprox. 200 ossos, tamanho natural, crânio montado em 3 partes e dentes colocados individualmente. Cor compatível com o modelo humano. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente.</p> <p>A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.</p>	1 unidade
2	Esqueleto ósseo	<p>Esqueleto modelo padrão de esqueleto humano, sobre apoio de 5 pés de rodinha, produzido em plástico durável e inquebrável, em suporte com 5 rolos (pintado a branco), peso similar ao real dos aprox. 200 ossos, tamanho natural, crânio montado em 3 partes e dentes colocados individualmente. No mínimo 1 ano de garantia. Cor compatível com o modelo humano. Marca de Referência: 3B</p>	4 unidades

		Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	
3	Esqueleto com Ligamentos	Esqueleto com ligamentos articulados, em suporte de metal com 5 rolos, com representação adicional das conexões anatômicas e funcionais entre ossos e ligamentos articulados. Os seus ligamentos articulados elásticos nas grandes articulações (ombro, cotovelo, quadril e joelho) montados no lado direito do esqueleto. Deve apresentar: No mínimo 1 ano de garantia, produzido em plástico durável e inquebrável, em suporte de metal estável com 5 rolos (pintado a branco), peso similar ao real dos aprox. 200 ossos, tamanho natural, crânio montado em 3 partes e dentes colocados individualmente Cor compatível com o modelo humano. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	1 unidade
4	Modelo de esqueleto do pé direito e esquerdo com ligamentos elásticos	Modelo detalhado que demonstra ligamentos e tendões, entre eles o de Aquiles e os tendões fibulares longos do tornozelo. Modelo deve ser formado pelo osso do pé e as partes inferiores da tíbia e da fíbula, com a membrana intraóssea situada entre ambos. No mínimo 1 ano de garantia, produzido em plástico durável e inquebrável. Cor compatível com o modelo humano. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas	1 unidade

		as características técnicas mínimas exigidas.	
5	Modelo de esqueleto da mão direita e esquerda com ligamentos elásticos	<p>Esse modelo deve representar as seguintes estruturas ósseas, carpo, metacarpo e as falanges. Na parte distal do antebraço estão representados no modelo o rádio e a ulna. Deverá conter a membrana interóssea, a qual se estende entre os dois ossos longos mencionados: também está representado o ligamento carpal transverso. Todos os ligamentos, a membrana interóssea assim como o ligamento carpal transverso, estão representados com flexibilidade, para que seja possível simular de forma didática, sobretudo os movimentos funcionais do pulso. No mínimo 1 ano de garantia. Cor compatível com o modelo humano. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente.</p> <p>A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.</p>	2 unidades
6	Esqueleto do Braço com escapula e clavícula	<p>Modelo de Esqueleto de Braço com escápula e clavícula, montado com arames, levemente flexível através dos dedos, com articulações de cotovelo e ombro flexível. Modelo de tamanho natural, A coloração dos ossos, moldados com base em ossos originais. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.</p>	2 unidades
7	Modelo de articulação do joelho	<p>Modelo de tamanho natural, com estruturas de uma articulação direita com seus ligamentos. A coloração dos ossos, moldados com base em ossos originais e realista. Cartilagens de superfícies</p>	4 unidades

		articulares devem ser representadas em azul. Composto de um coto do fêmur, da tíbia e do perônio, meniscos e rótula. Sobre pedestal. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	
8	Modelo de articulação umeral	Modelo anatômico de articulação umeral, funcional, de tamanho natural semelhante ao humano, com detalhamento das estruturas anatômicas e com demonstração dos movimentos fisiológicos de uma articulação direita com seus ligamentos (por exemplo: adução, anteversão, retroversão, rotação interna e externa). A coloração dos ossos, moldados com base em ossos originais, de forma realista. A cartilagem nas superfícies articulares devem ser representadas em azul. Composto de omoplata, clavícula e coto umeral. Sobre pedestal. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
9	Modelo de articulação coxofemoral	Modelo de tamanho natural, de uma articulação direita com seus ligamentos. A coloração dos ossos, moldados com base em ossos originais, é realista. Cartilagens nas superfícies articulares são representadas em azul. Composto de coto femoral e osso íliaco. Sobre pedestal. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam	3 unidades

		integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	
10	Modelo de articulação do cotovelo	Mostra, em tamanho natural, das estruturas anatômicas com seus ligamentos. A coloração dos ossos, moldados com base em ossos originais, é realista. Cartilagens nas superfícies articulares são representadas em azul. Composto de um coto do úmero, do cúbito e do rádio. Sobre pedestal. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	3 unidades
11	Articulação do ombro com mangas de rotores, em 5 peças	Modelo anatômico que reconstitui a metade superior do osso do braço, a clavícula, e a escápula, com representação da musculatura das mangas de rotores, destacadas por cores as origens e as inserções da musculatura do ombro (origem = vermelho; inserção = azul). Os músculos representados deverão ser removíveis: o músculo subescapular, músculo supraespinhal, músculo infraespinhal, músculo téres menor. O modelo anatômico deve realizar após a retirada dos músculos os movimentos da articulação do ombro: abdução, adução, rotação interna, rotação externa, levantamento do braço, levantamento invertido do braço, levantamento do braço na horizontal e a execução de movimentos circulares. O modelo anatômico deverá ficar sobre pé de apoio. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades

12	Articulação do quadril, 7 peças	O modelo anatômico demonstrando a articulação do quadril de tamanho semelhante ao humano, com cada músculo, demonstrando as origens dos músculos e sua inserção no osso fêmur e no colo. As origens e inserção dos músculos devem estar ressaltadas e em cores (origem = vermelho; inserção = azul) na sua representação. A musculatura do quadril deverá estar inserida dentro de cada origem e inserção e devem ser removíveis. O modelo anatômico deverá ficar sobre pé de apoio. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
13	Perna direita e esquerda com a musculatura, 7 peças	Modelo em tamanho natural dividido em coxa e perna. Os seguintes músculos são removíveis: M. sartório, M. glúteo máximo, M. glúteo médio, M. reto femoral, M. bíceps femoral, M. semitendinoso e M. gastrocnêmio. Disponível em base removível. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
14	Oso ulna	Modelo realista do osso ulna humana, com coloração dos ossos moldadas com base em ossos originais. No 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades

15	Osso rádio	Modelo realista do osso rádio humano, com coloração dos ossos moldadas com base em ossos originais. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
16	Osso úmero	Modelo realista do osso úmero humano, com coloração dos ossos moldadas com base em ossos originais. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
17	Osso fêmur	Modelo realista do osso fêmur humano, com coloração dos ossos moldadas com base em ossos originais. No 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
18	Osso tíbia	Modelo realista do osso tíbia humana, com coloração dos ossos moldadas com base em ossos originais. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas	2 unidades

Assinado por 1 pessoa: CAMILA MANFIO SPERANDIO DE PONTES SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fema.1doc.com.br/verificacao/790C-F206-EC00-C98F> e informe o código 790C-F206-EC00-C98F

		exigidas.	
19	Osso fíbula	Modelo realista do osso fíbula humana, com coloração dos ossos moldadas com base em ossos originais. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
20	Junta funcional do quadril	Modelo anatômico juntas inteiramente flexíveis e em tamanho natural para demonstrar abdução, anteversão, retroversão, rotação interna e externa e muito mais. Consiste de parte do fêmur, osso do quadril e ligamentos das juntas. Fixa em base. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
21	Estágios de hérnia de disco e degeneração das vértebras	O modelo mostra as alterações degenerativas das vértebras e dos discos intervertebrais da coluna lombar humana em suas diferentes formas. Representasse as estruturas das seguintes formas: Disco intervertebral em estado saudável; vértebra lombar (LI) sem alterações degenerativas; disco intervertebral com protrusão; vértebra lombar (LII) com alterações degenerativas em estágio inicial; disco intervertebral com protrusão da parede medial; vértebra lombar (LIII) com alterações degenerativas em estágio avançado; disco intervertebral com protrusão intraforaminal direita; vértebra lombar (LIV) com alterações degenerativas acentuadas e estreitamento ósseo do forame intervertebral esquerdo; disco intervertebral fortemente estreitado; vértebra lombar (LV) com	2 unidades

		alterações degenerativas acentuadas e estreitamento ósseo do forame intervertebral esquerdo com compressão da raiz do nervo espinal L5 esquerdo. O modelo anatômico deverá ficar sobre pé de apoio. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	
22	Vértebras torácicas com medula seccionada – 2 vezes	Modelo de estrutura anatômica composto por duas vértebras torácicas, incluindo nervuras terminais e articulações costovertebrais. A medula espinal deverá ser apresentada em seção transversal, permitindo a visualização detalhada da substância cinzenta e branca, bem como dos ramos do nervo espinal e do gânglio espinal. O modelo deverá evidenciar a comunicação entre o tronco do nervo simpático e a coluna espinal por meio do gânglio simpático e do gânglio espinal, conectados por ramos comunicantes brancos e cinzentos. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
23	Modelo estrutural de Mão, 3 Partes	Modelo em tamanho real mostra as estruturas superficiais do dorso da mão e também as estruturas internas, incluindo-se ossos, músculos, tendões, ligamentos, artérias e veias (dos arcos palmares superficial e profundo) e nervos, com aponeurose palmar e a lâmina dos tendões flexores superficiais removíveis. No mínimo 1 ano de garantia. Cor compatível com o modelo humano. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A	2 unidades

		menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	
24	Laringe funcional, 3 vezes o tamanho natural	Epiglote, cordas vocais e cartilagem aritenóide são removíveis. Em base. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
25	Braço Vascular	Modelo de tamanho natural de um braço e mão direitos em posição semiflexionada, contendo as artérias braquiais, radiais e ulnares e as veias. Representa o sistema circulatório completo das superfícies palmar e dorsal da mão. O modelo é fornecido com um suporte. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	4 unidades
26	Cérebro neuro anatômico, em 2 partes	Modelo anatômico em tamanho natural, com identificação por codificação de cores das seguintes regiões: lobo frontal, parietal, temporal e occipital, bem como córtex motor, córtex somatossensorial, córtex límbico, cerebelo e tronco cerebral. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características	1 unidade

		técnicas mínimas exigidas.	
27	Encéfalo ampliado 5 vezes, em 4 partes	Modelo anatômico composto por 4 partes, representando o diencéfalo humano, ampliado em aproximadamente cinco vezes em relação ao tamanho natural. Deve apresentar, de maneira detalhada, as principais estruturas anatômicas do tálamo, epitálamo, metatálamo e hipotálamo. Os núcleos hipotalâmicos deverão estar identificados por coloração diferenciada. O tálamo deverá ser removível e seccionar-se em duas partes, possibilitando a visualização de sua anatomia interna. A estrutura anatômica deverá ser fixada sobre placa base com dimensões aproximadas de 25 x 18 x 25 cm. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
28	Sistema Circulatório	Estrutura anatômica destinada à representação da circulação humana em vista geral, contemplando o coração composto por 2 (duas) partes, pulmões, fígado, baço, rins, bem como as conexões pulmonares e sistêmicas. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	1 unidade
29	Figura muscular masculina em tamanho natural, 37 partes	Modelo mostra com detalhes as musculaturas superficial e profunda. As seguintes estruturas devem ser removidas: calota craniana, cérebro em 6 partes, globo ocular, cobertura do peito e da barriga, ambos os braços, laringe em 2 partes, dois pulmões, coração em 2 partes, diafragma,	1 unidade

		estômago em 2 partes, fígado com vesícula biliar, 2 rins, sistema digestório completo, metade da bexiga, pênis em 2 partes e 10 músculos. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	
30	Fígado com Vesícula Biliar (1,5x)	Estrutura anatômica do fígado apresentada em seção aberta, permitindo a visualização dos vasos e das vias biliares, os quais deverão estar identificados por coloração diferenciada, de modo a facilitar a compreensão anatômica. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	1 unidade
31	Mudanças Hormonais Periódicas nas mulheres	Modelo didático destinado à demonstração da relação entre os níveis hormonais femininos e as alterações do endométrio ao longo do ciclo menstrual, permitindo a visualização e compreensão das variações fisiológicas ocorridas nesse período. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
32	Estágios da fecundação e desenvolvimento do óvulo, 2 vezes tamanho	O modelo representa o amadurecimento do óvulo, a ovulação, a fecundação e o desenvolvimento até a nidação do embrião. Os estágios de desenvolvimento são, por um lado, ampliados no ovário, na tuba	2 unidades

	natural	uterina e no útero. Por outro lado, são visíveis graficamente numa outra ampliação que se encontra na base. Fornecimento sobre a base No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	
33	Modelo anatômico da estrutura do retrovírus HIV	Modelo representativo da estrutura do retrovírus HIV, apresentando envelope lipídico com membrana lipídica externa, proteínas associadas e núcleo contendo RNA, permitindo a visualização dos principais componentes estruturais do vírus. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
34	Célula Animal ampliada (13.000x)	Modelo anatômico representativo de célula eucariótica, apresentando microvilosidades, mitocôndrias, núcleo, retículo endoplasmático rugoso (RER) e retículo endoplasmático liso (REL), com identificação de 24 (vinte e quatro) estruturas. O modelo deverá possuir ampliação aproximada de 13.000 vezes. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
35	DNA Dupla Hélice (12 pares de base)	Modelo didático de automontagem do DNA tipo B, contendo todos os blocos necessários para sua montagem, com	2 unidades

		<p>destaque para as ligações entre as bases nitrogenadas adenina–timina (A–T) e citosina–guanina (C–G). As peças deverão apresentar codificação por cores e formatos característicos, incluindo desoxirribose em formato pentagonal, fosfatos cilíndricos e bases nitrogenadas que evidenciem suas estruturas específicas de pirimidina ou purina. O modelo deverá conter duas partes centrais distintas, conectadas de modo a demonstrar as ligações de 2 (duas) e 3 (três) pontes de hidrogênio entre timina/adenina e citosina/guanina, respectivamente. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.</p>	
36	<p>Modelo didático das fases da meiose em célula de mamífero</p>	<p>Modelo didático composto por 12 (doze) peças distintas, destinadas à representação de todas as fases da meiose I e II em célula de mamífero, com ampliação aproximada de 10.000 vezes. Durante todos os estágios, o modelo deverá demonstrar as principais estruturas celulares, incluindo cromossomos, centríolos, fuso mitótico e núcleo. Cada peça deverá ser numerada, de modo a indicar corretamente a sequência dos eventos do processo meiótico. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.</p>	1 unidade
37	<p>Modelo didático das fases da mitose em célula de mamífero</p>	<p>Modelo didático composto por 9 (nove) peças distintas, representando os principais estágios da mitose em célula de mamífero, incluindo prófase, metáfase, anáfase e telófase, com ampliação aproximada de</p>	1 unidade

		10.000 vezes. Em todos os estágios, o modelo deverá evidenciar as principais estruturas celulares, tais como cromossomos, centríolos, fuso mitótico e núcleo. Cada peça deverá ser numerada, de forma a indicar corretamente a sequência dos eventos do processo mitótico. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	
38	Modelo anatômico da estrutura do cromossomo humano ampliado (10.000x)	Modelo anatômico representativo da estrutura detalhada do cromossomo, evidenciando centrômero, telômeros e braços cromossômicos. O conjunto deverá estar montado sobre base com suporte, garantindo adequada estabilidade e visualização. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades
39	Célula Sanguínea (2000x)	Modelo anatômico montado sobre placa base com dimensões aproximadas de 53 × 38 × 7,5 cm, destinado à representação dos componentes do sangue. Deve demonstrar, de forma clara e detalhada, os glóbulos vermelhos, leucócitos — incluindo linfócitos, monócitos, neutrófilos, eosinófilos e basófilos — bem como plaquetas. No mínimo 1 ano de garantia. Marca de Referência: 3B Scientific, Mogiglass ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas.	2 unidades

40	<p align="center">Simulador de Exame Materno Avançado</p>	<p>Modelo de simulador de maternidade em escala real que pode ser utilizado para a instrução dos passos da manobra de Leopold, medições externas da pelve, monitoramento dos batimentos cardíacos do feto, medições abdominais e cuidados com as mamas. O simulador deverá possuir controle de manuseio fácil, podendo ser preenchido com ar em vez de água (líquido amniótico), proporcionando uma experiência realista tanto para o instrutor quanto para o aluno. Deverá possuir um sintetizador interno de forma que possa reproduzir de maneira autêntica os sons dos batimentos cardíacos fetais. Deverá possuir internamente uma estrutura esquelética que permite a prática de pelvimetria e medições abdominais.</p> <p>O modelo do simulador deverá ser composto por Manequim torso gravídico realista para simulação de exames, manobras e medições. Deverá permitir: prática de palpções realistas para análise da sínfise púbica e do ílio; execução de diversas manobras obstétricas; ausculta dos batimentos cardíacos fetais com possibilidade de alteração dos sons; medição da altura uterina; utilização de estetoscópio para monitoramento dos batimentos cardíacos fetais; audição do som da pulsação por meio de um amplificador embutido na lateral do simulador. Deverá acompanhar: Capa de proteção, talco; lubrificante; Seringa; manual do usuário em português. Marca de Referência: Anat+Enf Simuladores ou equivalente. A menção à marca tem caráter meramente referencial, servindo como parâmetro de qualidade e especificação técnica. Serão aceitas propostas de outros fabricantes, desde que atendam integralmente a todas as características técnicas mínimas exigidas. No mínimo 1 ano de garantia.</p>	2 unidades
----	--	---	------------

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por finalidade a aquisição de modelos anatômicos destinados ao

Laboratório Morfofuncional do Curso de Medicina da Fundação Educacional do Município de Assis, em atendimento à necessidade de reposição de peças danificadas pelo uso contínuo, bem como à ampliação do acervo didático. Tais recursos pedagógicos são imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades práticas de anatomia, disciplina presente desde as fases iniciais da graduação e que se integra de forma transversal às demais áreas da formação médica. A utilização de modelos anatômicos favorece a interação entre teoria e prática, permitindo a visualização e o estudo detalhado de estruturas do corpo humano, o que contribui para a fixação do conhecimento, o desenvolvimento de habilidades técnicas e a formação crítica e científica dos estudantes. Ademais, a contratação é necessária para assegurar o cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso de Medicina, que exigem a oferta de condições adequadas para o aprendizado prático e laboratorial. Assim, a contratação mostra-se indispensável para a manutenção da qualidade do ensino ofertado pela instituição, garantindo a continuidade das atividades acadêmicas e atendendo ao interesse público, em conformidade com os demais princípios.

4. DA FORMA E DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os itens deverão ser entregues na Fema que fica localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1200, Vila Nova Santana – Assis/SP, bloco 3 (Almoxarifado).

4.2. A contratada deverá fornecer os produtos necessários por sua conta, sem qualquer ônus ou encargo para FEMA.

4.3. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 16h30. Informe-se que a Instituição supramencionada não tem expediente aos sábados, domingos e feriados.

4.4. A entrega dos itens licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da transmissão do pedido à contratada. O referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada e aceita pela Administração, desde que comprovada a ocorrência de motivo relevante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1. O recebimento do objeto será conforme os critérios estabelecidos na Lei 14.133/21, art. 140 que trata do recebimento provisório e definitivo dos objetos contratados, mediante termos circunstanciados e após verificação da conformidade dos materiais e

especificações.

6. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A fiscalização da execução dos produtos será realizada pelo funcionário Roque Vinicius Isidio Teodoro Dias que foi nomeado fiscal pela Portaria nº 75 de 26 de agosto de 2025. Ele deverá acompanhar todo processo de aquisição para garantir que os produtos atendam todas as normas.

7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

7.1. A análise das amostras terá por objetivo comprovar a aderência dos produtos às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela licitante, não servindo para julgamento subjetivo, mas exclusivamente para verificação de conformidade.

7.2. A licitante classificada em primeiro lugar, caso convocada, **deverá apresentar amostra** dos itens que ganhou, seguindo o mesmo padrão do especificado neste Edital e seus anexos, a serem entregues em até **15 (quinze) dias corridos**, contados da data da convocação do Pregoeiro, na FEMA situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1200, Assis/SP, no bloco 3, Setor de Licitações, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h00, para serem analisadas pelo setor responsável, que emitirá parecer onde constará aprovada sem ressalva ou aprovado com ressalva.

7.3. Excepcionalmente esse prazo poderá ser prorrogado por um único período de 5 (cinco) dias úteis, caso a licitante comprove, incontestavelmente, que a amostra já foi remetida ao endereço supramencionado, ou seja, encontra-se em transporte. Poderão ser considerados os seguintes documentos para fins de comprovação: nota fiscal de contratação da transportadora ou guia de remessa de produto, desde que discriminem os itens que estão sendo transportados, o endereço e a data de entrega.

7.4. Os critérios adotados para análise e posterior aprovação das amostras são:

- **Fidelidade anatômica:** representação correta das estruturas humanas (ossos, músculos, ligamentos, vasos e demais componentes) em conformidade com o detalhamento exigido.
- **Material e durabilidade:** utilização de material resistente, atóxico com durabilidade compatível com o uso acadêmico intensivo.
- **Acabamento e coloração:** qualidade no acabamento, pintura e coloração compatível com a realidade anatômica.

- Funcionalidade: possibilidade de desmontagem, remoção e encaixe de peças (quando aplicável), garantindo uso pedagógico adequado.

- Segurança: ausência de pontas cortantes, rebarbas ou substâncias nocivas.

7.5. A licitante classificada deverá realizar prévio agendamento por meio do e-mail: licitacao2@fema.edu.br, para que as amostras sejam analisadas.

7.6. A Fundação Educacional do Município de Assis pronunciar-se-á quanto à aceitabilidade da amostra emitindo parecer conclusivo: aprovado, aprovado com ressalvas ou reprovado.

7.7. A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, poderá ser disponibilizado novo prazo de 3 (três) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

7.7.1. A reapresentação da amostra, quando da “aprovação com ressalvas”, poderá, a critério da FEMA ser dispensada, entretanto, será exigida a manifestação formal da licitante confirmando sua ciência quanto às ressalvas apontadas no parecer técnico de análise e sua anuência de que todas as exigências e especificações serão integralmente atendidas no fornecimento do produto final.

7.8. Se a amostra não atender integralmente às especificações, a licitante será desclassificada e a retirada do bem deverá ocorrer em, no máximo 10 (dez) dias, contados da data da comunicação oficial do Pregoeiro quanto à reprovação.

7.9. A licitante será responsável pela entrega, montagem e pela retirada do bem para o qual tenha sido exigida amostra, bem como pelo recolhimento e pelo descarte dos materiais inservíveis, a exemplo de embalagens, protetores, etc.

7.10. Justificativa do pedido de amostra:

7.10.1. A exigência de apresentação de amostras para os itens objeto da presente contratação justifica-se em razão da natureza específica dos bens a serem adquiridos, os quais possuem finalidade eminentemente didático-pedagógica, demandando elevado grau de fidelidade anatômica, qualidade construtiva e adequação funcional.

Os modelos anatômicos não se caracterizam como bens padronizados de simples verificação documental, uma vez que suas características essenciais — tais como precisão das estruturas representadas, qualidade dos materiais, acabamento, proporção, coloração e funcionalidade (inclusive desmontagem e articulação de peças) — não podem ser

plenamente aferidas apenas por meio de catálogos, fichas técnicas ou registros fotográficos.

7.10.2. Nesse contexto, a análise de amostras mostra-se indispensável para assegurar que os produtos ofertados atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, evitando a aquisição de materiais inadequados ao uso acadêmico, o que poderia comprometer diretamente o processo de ensino-aprendizagem no Curso de Medicina. Adicionalmente, considerando que os itens apresentam variações significativas de qualidade entre diferentes fabricantes, ainda que aparentemente similares, a verificação física prévia constitui medida necessária para mitigar riscos relacionados à baixa durabilidade, imprecisão científica e inadequação pedagógica dos modelos. Ressalta-se que a exigência de amostras será aplicada de forma isonômica, objetiva e previamente definida, com critérios claros de avaliação, não tendo caráter subjetivo ou restritivo, mas sim instrumental, voltado exclusivamente à verificação da conformidade do objeto ofertado com as exigências estabelecidas.

8. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento de menor preço por item.

8.2. Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os requisitos:

8.3. Habilitação Jurídica:

8.3.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.3.2.1. O objeto social do licitante deverá ser compatível com o objeto da contratação a ser licitado, caso o objeto social do licitante seja incompatível com o serviço a ser licitado, este será considerado inabilitado para a execução dos serviços;

8.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.4.1. Prova no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

8.4.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

8.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida em todos os portais da Justiça do Trabalho na rede mundial de computadores (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

8.5. Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data fixada para entrega das propostas:

8.5.1.1. as licitantes em recuperação judicial deverão apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 e do art. 162 da Lei n. 11.101/2005.

8.5.2. Os documentos que não tragam em seu bojo a data de validade serão considerados válidos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

8.5.3. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial dos documentos exigidos neste edital, desde que os respectivos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes “documentação”;

8.5.4. Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da contratada incluem a entrega dos produtos dentro dos prazos estipulados, a garantia de qualidade e a conformidade dos produtos com as especificações técnicas demandadas.

9.2. Assegurar garantia mínima de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação, materiais ou vícios ocultos.

9.3. Eventuais defeitos de fabricação ou falhas técnicas que comprometam o uso adequado dos produtos deverão ser sanados sem quaisquer ônus para a Fundação. Caso haja necessidade de envio do produto para manutenção ou deslocamento de técnico especializado até o local de uso, todos os custos operacionais, logísticos, de mão de obra e substituição de peças deverão ser integralmente arcados pela empresa contratada, não sendo admitida cobrança adicional de qualquer natureza.

9.4. A assistência técnica deverá ser prestada dentro de prazo razoável, de modo a não comprometer o andamento das atividades acadêmicas, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente e na legislação vigente.

9.5. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e acondicionamento dos produtos, utilizando embalagens adequadas que evitem danos, umidade ou deterioração durante o percurso.

9.6. Atender integralmente às condições estabelecidas no edital, contrato e legislação aplicável, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de inadimplemento.

9.7. Fornecer manual de instrução, bem como certificado de garantia de todos os itens entregues.

9.8. Prestar suporte técnico durante o período de garantia, respondendo a eventuais demandas de reparo, substituição ou manutenção corretiva que se façam necessárias.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Receber os modelos anatômicos no local indicado, realizando conferência quantitativa e qualitativa no ato da entrega.

10.2. Designar equipe responsável para acompanhar, avaliar e atestar a conformidade dos produtos entregues, conforme especificações do Termo de Referência.

10.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA dentro do prazo estabelecido no edital e no contrato, após o recebimento definitivo dos bens e mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada.

10.4. Informar à CONTRATADA, de forma tempestiva, sobre qualquer irregularidade identificada nos bens entregues, possibilitando a substituição ou correção dentro do prazo contratual.

10.5. Prestar os esclarecimentos necessários à execução contratual sempre que solicitado.

10.6. Observar rigorosamente os prazos, condições e procedimentos previstos na legislação aplicável, no edital e no contrato, assegurando a regularidade da relação contratual.

11. DO PREÇO

11.1. Os preços serão definidos conforme as propostas apresentadas pelos fornecedores, respeitando os princípios de razoabilidade e economicidade, e em conformidade com o orçamento disponível para esta contratação.

11.2. Justificativa do preço:

11.2.1. A justificativa dos preços estimados fundamenta-se em análise comparativa de mercado, realizada com o objetivo de assegurar a compatibilidade dos valores com aqueles praticados no setor, garantindo, ao mesmo tempo, a obtenção de proposta vantajosa para a Administração e a aquisição de produtos que atendam plenamente às necessidades institucionais da Fema. Os preços de referência foram definidos a partir da média aritmética dos valores obtidos nas cotações realizadas, metodologia que contribui para a mitigação de distorções decorrentes de valores discrepantes, assegurando que o preço estimado se mantenha alinhado às condições reais do mercado vigente. Ressalta-se que a formação do preço observou as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de utilização de parâmetros confiáveis e atualizados, em consonância com os princípios do direito administrativo.

11.3. Justificativa da escolha dos fornecedores para formação de preços prévio:

11.3.1. Para a estimativa prévia de preços da presente contratação, foram selecionados fornecedores especializados na comercialização de modelos anatômicos, com atuação consolidada no setor educacional e da saúde. A escolha desses fornecedores observou critérios de pertinência técnica, capacidade de fornecimento e compatibilidade com o objeto pretendido, assegurando que as propostas coletadas refletissem valores efetivamente praticados no mercado para bens de natureza equivalente. Foram encaminhadas solicitações formais de cotação, por meio eletrônico, a empresas do ramo, previamente identificadas como aptas ao atendimento da demanda, considerando sua experiência no

fornecimento de materiais didáticos e laboratoriais.

Adicionalmente, a pesquisa de preços foi complementada por meio de consulta ao banco de preços em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, bem como por levantamento em sítios eletrônicos especializados na comercialização desse tipo de produto, ampliando a base de referência e conferindo maior robustez à formação do preço estimado. A seleção das fontes e a metodologia adotada observaram rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, em especial o disposto em seu art. 23, bem como a Portaria nº 100 de 28 de fevereiro de 2026 da Direção Executiva da Fema, garantindo a adoção de critérios técnicos e mercadológicos adequados para a composição da estimativa de preços. Ressalta-se que a pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade e transparência, buscando assegurar a obtenção de referências confiáveis e fidedignas. Ao contemplar múltiplas fontes de precificação, evitou-se tanto a formação de sobrepreço quanto a adoção de valores inexequíveis, contribuindo para a adequada instrução do processo e para a realização de certame competitivo, apto à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

12. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias úteis após recebimento definitivo dos itens e da nota fiscal devidamente preenchida, verificando-se a conformidade com as especificações contratuais e a satisfação dos critérios de aceitação dos produtos.

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

13.1. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, período durante o qual deverão ser cumpridas todas as obrigações contratuais, inclusive aquelas relacionadas à garantia dos bens fornecidos.

13.2. O prazo para entrega dos bens será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento pela contratada, devendo os itens atender integralmente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos no edital e seus anexos.

13.3. Os produtos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, abrangendo eventuais defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou funcionamento, e assegurando a substituição

ou reparo dos itens, quando necessário, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

14. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1. Sanções poderão ser aplicadas à contratada em casos de inadimplemento, incluindo multas, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, conforme os termos da Lei 14.133/21.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A rescisão contratual poderá ocorrer por acordo entre as partes, por inexecução parcial ou total do objeto, ou por violação das disposições contratuais, com as devidas consequências legais e compensações previstas na Lei 14.133/21.

ANEXO II - MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA

- (1. Uso obrigatório por todas as proponentes)
(2. Proposta inicial não deve conter nenhuma identificação da proponente) (3. Proposta readequada com identificação da proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

PROCESSO Nº 029/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MODELOS ANATÔMICOS PARA O LABORATÓRIO DE MORFOFUNCIONAL DO CURSO DE MEDICINA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS., conforme especificações contidas no Anexo I deste edital.

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, CPF nº e RG nº,, (endereço), propõe fornecer, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico referenciado:

PROPOSTA

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIPTIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				

1) Prazo de validade da proposta dias (mínimo 90 dias) contados a partir da data de apresentação da proposta;

Declaramos, sob as penas da lei, que:

a) o produto/serviços ofertado atende a todas as especificações exigidas no ETP e no Termo de Referência - Anexo I do edital;

b) que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

....., de de 2026.

.....
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ref. - Pregão Eletrônico nº 008/2025 - Processo nº 029/2026

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº XXXXXXXXXXXXXXXX , sediada, (endereço completo)

DECLARAMOS para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

a) que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021:

MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

b) (somente para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) que estamos ciente da limitação dos benefícios prevista no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, relacionados com a receita bruta máxima obtida para fins de enquadramento;

c) (somente para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada, cujos termos declara conhecer na íntegra.

d) que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

e) que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

g) que a empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme Inciso III do art. 14 da Lei 14.133/2021.

h) que tem ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios

na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

i) que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relacionadas com o objeto da licitação;

j) que atende ao Inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.

k) que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/2002.

l)) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto aos participantes da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Estado de São Paulo.

(Local e Data)

(Responsável legal, CPF e assinatura)

ANEXO IV – TERMO DE CONTRATO XXX/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis E A EMPRESA XXXXX, PARA A AQUISIÇÃO DE MODELOS ANATÔMICOS PARA O LABORATÓRIO DE MORFOFUNCIONAL DO CURSO DE MEDICINA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a FEMA – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 51.501.559/0001-36, com sede na Av. Getúlio Vargas nº 1.200, no município de Assis, Estado de São Paulo, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Gustavo Gomes Silva, possuidor(a) do CPF nº e do RG nº , e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida à,, no município de, Estado de, doravante denominada CONTRATADO, representada neste ato pelo Senhor(a), portador(a) do CPF nº e do RG nº, na qualidade de vencedora do Pregão Eletrônico nº 008/2026 - Processo nº 029/2026, realizado pela FEMA, nos termos do art. 181 da Lei nº 14.133/2021, firmam o presente contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. OBJETO

1.2. AQUISIÇÃO DE MODELOS ANATÔMICOS PARA O LABORATÓRIO DE MORFOFUNCIONAL DO CURSO DE MEDICINA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS. Sendo a empresa XXXXX responsável pela entrega dos itens XXXX, XXXX, XXXX

1.3. Considera-se parte integrante do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: a) Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2026 e seus Anexos; b) Proposta apresentada pelo contratado; e c) Ata(s) da sessão do Pregão referido.

1.4. O regime de execução do objeto é de empreitada por preços global.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados de sua formalização (ou da ordem de fornecimento/emissão do empenho), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021,

podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que haja argumentos suficientes para prorrogação.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado e eventual ajuste de preço será feita com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1. estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.3.2. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.3. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.3.4. haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.3.5. seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Caso o contratado não tenha interesse na prorrogação contratual, ela deverá manifestar esta posição com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do término do período de vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo do edital e deste Contrato.

A Contratante designa, para efeitos de acompanhamento da execução contratual:

Gestor:, CPF nº

Fiscal:, CPF nº

CLÁUSULA QUARTA

4.1. SUBCONTRATAÇÃO

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA

5.1. VALOR, REAJUSTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.2. O valor total estimado do presente contrato é de R\$ () para período de 12 (doze) meses. Neste valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4. A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros próprios (ou) e onerará a rubrica:

4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
4.4.90.52.08 - Aparelhos, Equip., Utensílios Médico-Odontológico, Labo. e Hospitalar
Fichas das despesas: 041

CLÁUSULA SEXTA

6.1. PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.2. O critério de medição e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Item 12 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após o mês vencido corridos contados do recebimento do produto contratado e do respectivo documento fiscal válido.

6.4. Será efetuado:

6.4.1. mediante crédito aberto em conta corrente em nome do Contratado, no Banco indicado pela mesma;

6.4.2. através de boleto bancário, não sendo admitida cobrança pela sua emissão;

6.5. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte do contratado, incidirá juro moratórios a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

7.2. São obrigações do Contratante:

- 7.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.2.3. Notificar a Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.2.5. Comunicar o contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.2.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- 7.2.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA

8.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

8.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021](#);

8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em

- legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 8.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 8.17.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 8.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório;

para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021](#);

8.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA NONA

9.1. GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

9.1.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou o contratado e ainda, a detentora da ARP que, com dolo ou culpa:

10.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

10.2.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.2.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.2.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.2.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

10.2.2.5. não celebrar o contrato ou a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.2.6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.2.2.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.2.2.8. praticar ato fraudulento

10.2.2.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.2.2.9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.2.2.9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2.2.9.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.2.9.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

10.2.2.9.5. deixar de apresentar amostra, ou apresentá-la falsificada ou deteriorada, quando

solicitado.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, e garantida a prévia defesa, poderá ser aplicada aos licitantes, adjudicatários, contratados e ou detentores de ARP as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.4.1. advertência;

10.4.2. multa;

10.4.3. impedimento de licitar e contratar e

10.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. A penalidade de advertência será aplicada à detentora do preço registrado quando esta der causa à inexecução parcial da(s) contratação(ões), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

10.6. A penalidade de multa será aplicada ou à Detentora da Ata que der causa à inexecução parcial da(s) contratação(ões), nas seguintes proporções:

10.6.1. moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.6.2. moratória de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias;

10.7. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, a Detentora, à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor registrado, autorizando a Administração a promover a extinção do contrato/Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.8. O licitante que não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado, ou após negociação, incorrerá à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

(valor total do registro).

10.9. O adjudicatário que convocado, recusar-se injustificadamente em assinar ao contrato ou a Ata de Registro de Preços, no prazo marcado, incorrerá em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

a) A multa definida neste subitem será aplicada pelo município contratante, já que será o órgão que irá formalizar o ajuste.

10.10. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

10.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado ou à detentora da ata de registro, além da perda desse valor, a diferença cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

10.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.14. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao contratado ou à detentora do preço registrado, quando praticadas as condutas descritas nos subitens **10.1.2, 10.1.3, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.10 da alínea “b” do item 10.1** deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

10.15. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens **10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9** da alínea “b” do item **10.1** deste Edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

10.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.17. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.18. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.19. Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado ou à detentora da ata de registro de

preços, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

10.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

10.21. A personalidade jurídica da detentora poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato/Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

10.22. A FEMA deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

10.23. Os débitos da detentora para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo órgão contratante e decorrentes desta mesma ata ou de outros contratos/atas que o contratado/detentora possua com o mesmo órgão contratante.

10.24. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis do município contratante, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.25. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de

advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.26. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.27. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.28. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.29. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.30. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.31. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021 (mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos).

CLÁUDULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.2. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato/Ata, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou de qualquer forma dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.2. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. ALTERAÇÕES

13.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.3. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. PUBLICAÇÃO

14.2. Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. FORO

15.2. Será competente o Foro da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas ou lides advindas do presente Termo de Contrato e que não possam ser solucionados amigavelmente entre as partes, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado seja.

E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

AS PARTES:

Gustavo Gomes Silva
Diretor Executivo
CPF nº XXXXXXXXXX



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
CPF nº XXXXXXXXXXXX

Testemunha

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF nº

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF nº

Assinado por 1 pessoa: CAMILA MANFIO SPERANDIO DE PONTES SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fema.1doc.com.br/verificacao/790C-F206-EC00-C98F> e informe o código 790C-F206-EC00-C98F



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis, CNPJ nº 51.501.559/0001-36, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 1.200, Vila Nova Santana, localizada no município de Assis/SP.

CONTRATADO:, CNPJ nº, estabelecida na, no município de

CONTRATO Nº XXX/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MODELOS ANATÔMICOS PARA O LABORATÓRIO DE MORFOFUNCIONAL DO CURSO DE MEDICINA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS.

ADVOGADA: Aline Silvério Paiva Tertuliano da Silva - OAB/SP nº 227.427

E-MAIL: jurídico@fema.edu.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados, estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

....., de de 2026.

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome e Cargo: .. – Diretor Executivo da FEMA

CPF nº

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela contratante:

Nome e Cargo: .. – Diretor Executivo da FEMA

CPF nº

Diretor Executivo da FEMA

Pelo contratado:

Nome e Cargo: .. - Representante Legal

CPF nº

Representante Legal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 790C-F206-EC00-C98F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CAMILA MANFIO SPERANDIO DE PONTES SOUZA (CPF 447.XXX.XXX-62) em 05/05/2026 11:25:16 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fema.1doc.com.br/verificacao/790C-F206-EC00-C98F>